

**Dinâmicas territoriais no município de Terra Roxa-PR (1970-2007)**  
Territorial dynamics in the city of Terra Roxa, state of Paraná (1970-2007)  
*Dynamiques territoriales dans la municipalité de Terra Roxa-PR (1970-2007)*  
*Dinámicas territoriales en el municipio de Terra Roxa-PR (1970-2007)*

Ednilse Maria Willers\*  
Lucir Reinaldo Alves\*\*  
Edson Belo Clemente de Souza\*\*\*

Recebido em 25/8/2009; revisado e aprovado em 12/12/2009; aceito em 26/1/2010

**Resumo:** Este artigo analisa o fenômeno da desterritorialização ocorrida no município de Terra Roxa a partir da década de 1970, que contava então com 38.237 habitantes em 1970 e atualmente possui 16.291. O expressivo êxodo populacional ocorrido provocou impacto na economia do município, levando-a adentrar no século XXI sem muitas perspectivas de retomada de crescimento. Contudo, vislumbra-se uma nova realidade econômica a partir da implantação das indústrias têxteis de bordados, retomando o crescimento e a reterritorialização populacional.

**Palavras-chave:** Territorialização. Desterritorialização. Terra Roxa-PR.

**Abstract:** This paper analyses the deterritorialization phenomenon in the city of Terra Roxa, state of Paraná, from the 1970's decade up to the present. During the 70's, the number of inhabitants in the city was of 38,237 and it has now reduced to 16,291 inhabitants. The expressive population exodus provoked an impact on the city's economy, taking it into the 21st century without much growing expectations. However, it can nowadays be visualized a new economic reality of growth and reterritorialization of the population, due to the implementation of the embroidery textile industries.

**Key-words:** Territorialization. Deterritorialization. City of Terra Roxa (Brazil).

**Résumé:** Cet article analyse le phénomène de déterritorialisation qui s'est produite dans la municipalité de Terra Roxa, à partir de la décennie de 1970, qui comptait alors 38.237 habitants en 1970 et en possède actuellement 16.291. L'expressif exode de la population qui s'est produit a provoqué un impact dans l'économie de la municipalité, l'amenant à entrer dans le XXIe siècle sans grandes perspectives de reprise de la croissance. Cependant, une nouvelle réalité économique se dessine à partir de l'implantation des industries textiles de broderies qui reprend la croissance et la reterritorialisation de la population.

**Mots-clés:** Territorialisation. Déterritorialisation. Terra Roxa-PR.

**Resumen:** Este artículo analiza el fenómeno de la desterritorialización ocurrida en el municipio de Terra Roxa a partir de la década de 1970. En ese año allí había 38.237 pero actualmente tan sólo existen 16.291. El expresivo éxodo de la población provocó impactos en la economía del municipio, llevándolo a adentrar al siglo XXI sin muchas perspectivas de retomada de crecimiento. Sin embargo, se vislumbra una nueva realidad económica a partir de la implantación de las industrias textiles de bordados, retomando el crecimiento y la reterritorialización poblacional.

**Palabras clave:** Territorialización. Desterritorialización. Terra Roxa-PR.

## Introdução

O objetivo deste artigo é analisar o processo de desterritorialização e reterritorialização do município de Terra Roxa (PR), caracterizado pela emigração e imigração, durante o período de 1970 a 2007.

O processo de formação da região Oeste do Estado do Paraná, na década de 1950, está inserido na política nacional de integração econômica, movida pelo desenvolvimento capitalista que o país vivenciava na época. Assim, deu-se início à colonização da região, tendo por objetivo imediato a

\* Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) /Toledo/ PR. Secretária Executiva pela UNIOESTE /Campus de Toledo. Rua Presidente Carlos Luz, 422, Jd. Filadélfia, Toledo-PR, CEP: 85.902-380. E-mail: ednilse@unioeste.br

\*\* Economista. Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professor assistente do Curso de Economia da UNIOESTE/Toledo-PR. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Agronegócio e Desenvolvimento Regional (GEPEC) e do Grupo Dinâmicas Sócio-Econômicas Nacionais e Regionais Comparadas (DISENREC). E-mails: lucir\_a@hotmail.com; lucir@unioeste.br

\*\*\* Professor Adjunto da UNIOESTE (mestrado e graduação em Geografia). Pesquisador do CNPq; do Grupo de Estudos Territoriais-GETERR (UNIOESTE); do Grupo Espaço Urbano e Produção do Território (UFMS) e do Grupo de Pesquisa em Agronegócio e Desenvolvimento Regional-GEPEC (UNIOESTE). E-mails: edson.belo@pq.cnpq.br; ebelo@unioeste.br

exploração da extensa reserva madeireira existente. Juntamente com a atividade de extração da madeira, surgiram várias outras atividades comerciais e de cultivo da terra com culturas de subsistência, através das quais pequenos comércios varejistas se formaram em torno da atividade.

Para muitos autores brasileiros, a década de 1950 foi uma década singular para os processos de desenvolvimento e de crescimento econômico em nosso país, passando de um país eminentemente rural para um país urbano. Na década de 1950, a população rural representava 63% da população nacional, mas caiu para 44% nos anos de 1960; e chegou à década de 1970 com o maior êxodo rural já registrado na história brasileira, alcançando o número de 15 milhões de pessoas que migraram da área rural para a urbana (MARTINE; GARCIA, 1987).

Essa migração e consequente recolocação demográfica ocasionou, num período de 50 anos, um crescimento de mais de 1000% na população urbana nacional, passando de 12 para 130 milhões de habitantes, o que gerou, segundo Dupas (1998, p. 140), “[...] um dos maiores processos de deslocamento populacional da história mundial”. Concomitante a este processo, surgem os movimentos de internacionalização, modernização e racionalização da agricultura chamada de Revolução Verde<sup>1</sup>, transformando a terra num excelente negócio, tanto para exploração como para especulação.

Entre as décadas de 1960 e 1970, o preço da terra cresceu em média 130%, dando início à entrada de grandes capitais urbanos no meio rural, que desencadeou forte especulação fundiária e ocasionou a limitação da fronteira agrícola para os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, fortalecendo a colonização da região oeste do Paraná.

A modernização agroindustrial desenvolveu uma agricultura de alta tecnologia envolvendo vultosos investimentos e trouxe, por consequência, a inviabilização da maioria das pequenas propriedades que se mantinham da produção familiar, fenômeno que provocou deslocamento de uma grande massa humana em direção às cidades. Sobre essas mudanças, Martine e Garcia (1987, p. 63) afirmam que:

[...] não há dúvidas de que a pequena produção familiar era, de longe, a maior fonte de emprego e renda para a população rural. Assim, a desestruturação sistemática dessa categoria pela capitalização do campo provocou um descompasso entre o ritmo de reprodução de força de trabalho rural e o crescimento das oportunidades de trabalho no campo.

Contudo, o Estado do Paraná, mais precisamente a região Oeste, surge neste cenário como que na contramão do processo migratório que marcou o Brasil a partir dos anos de 1950. Enquanto quase todo o setor rural brasileiro comportava-se como expulsor de mão de obra, o Oeste paranaense apresentava-se como fronteira agrícola relativamente próspera, surgindo como alternativa para o destino de milhares de agricultores que, atingidos pela modernização e pela Revolução Verde, tiveram que migrar para outras regiões. Esse movimento migratório estabeleceu um novo marco para a agricultura do Sul do país, dando início ao processo de “modernização” da região Oeste do Estado.

Segundo Piffer (1997), é a partir dos anos de 1960 que a região Oeste do Paraná vive seu grande *boom* populacional. Entre os anos 1960 e 1970, o Oeste do Estado recebeu 374.082 pessoas. Nessa década, a taxa decenal de migração foi de 0,838%, quase o dobro da região de Campo Mourão, segundo colocada, que teve uma taxa decenal de migração na ordem de 0,446%. Nesse mesmo período, apenas a região do Distrito Federal recebeu mais migrantes que o Oeste Paranaense, considerada área de fortíssima atração.

Inserido neste contexto, o município de Terra Roxa é criado pela Lei Estadual n. 220, de 14 de dezembro de 1961 e instalado em 27 de outubro de 1962. Sua história de criação e de colonização seguiu o padrão adotado no Estado do Paraná, na época de 1960, quando a Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural (CODAL), em 1968, compra a área onde se localiza atualmente a cidade e a dividiu em lotes rurais e urbanos (PIERUCCINI; TSCHÁ; IWAKE, 2003). Todo este processo de colonização culminou, já no início da década de 1970, em uma concentração populacional de 38.237 habitantes. Contudo, nessa mesma década, Terra Roxa, dois anos depois de ter conquistado a posição de município, ingressou, na região

Oeste do Paraná, caracterizada pela agricultura centrada no binômio trigo e soja, altamente tecnificada, mecanizada e com largo uso de insumos.

Como consequência das mudanças na produção agrícola, geraram-se também mudanças na estrutura fundiária e social da região Oeste do Estado. Entre as décadas de 1970 e 1980, houve uma redução de 7.400 estabelecimentos rurais na região. Enquanto o número de estabelecimentos com área inferior a 50 hectares diminuiu em 11,7%, os superiores a 50 hectares apresentaram um crescimento de 46,1%. Entre 1975 e 1985, propriedades de até 10 hectares decresceram 37,86%, enquanto, neste mesmo período, as propriedades acima de 100 hectares apresentaram crescimento de 60,82% (PIFFER, 1997).

Esse movimento de concentração fundiária é apontado como o principal propulsor do forte processo de êxodo rural ocorrido no Estado. Entre 1970 e 1980, as migrações na região Oeste do Paraná deixaram um saldo negativo de 117.047 pessoas e, na década seguinte, mais de 62.295 pessoas deixaram a região. Boa parte dessas 179.342 pessoas deixaram o setor rural, deslocando-se para o meio urbano. Em 1970, a população rural do Oeste do Paraná estava na ordem de 80%, sendo que, em 1980, ela já se igualava com a urbana. E, já no início da década de 1990, a população urbana da região Oeste já superava a rural em 21% (RIPPEL, 2004).

No município de Terra Roxa, o cenário não foi diferente do restante do Estado. Um acentuado êxodo populacional (tanto rural quanto urbano) ocorreu, sendo que, durante a década de 1980, a população do município caiu para 25.535 habitantes e, na década de 1990, foi para 16.885, entrando no ano 2000 apenas com 16.291 (IBGE, 2009).

Por isso, buscou-se investigar as possíveis causas do expressivo êxodo populacional, correspondente a 58% da população, ocorrido no município de Terra Roxa (PR) desde sua emancipação política, no início da década de 1960, até os dias atuais. A metodologia utilizada foi: revisão bibliográfica acerca dos termos territorialização e desterritorialização; revisão bibliográfica a respeito do processo de colonização

(territorialização) do município para posteriormente avaliarmos seu processo de desterritorialização, caracterizado pelo êxodo populacional ocorrido e a utilização de dados secundários para apresentar o fenômeno estudado.

## **2 Da territorialização à desterritorialização: um processo de produção do espaço**

Segundo Haesbaert (2004), se a desterritorialização existe, é porque há uma problemática territorial, ou seja, há uma certa concepção de território definida. Contudo, conceituar território não é tarefa fácil, até porque muitas são as ciências que direcionam seu conceito para as mais variadas áreas de interesse. Esse autor aponta algumas destas áreas: a) o geógrafo tende a direcionar o conceito à materialidade do território em suas múltiplas dimensões; b) a ciência política enfatiza suas definições a partir das relações de poder; c) a economia prefere a noção de espaço à de território, percebendo-o como um fator locacional ou como uma das bases de produção; d) já a antropologia e a sociologia destacam suas dimensões simbólicas e a intervenção do conceito nas relações sociais; e) a psicologia, por sua vez, incorpora o conceito da construção de subjetividade ou de identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo.

Em sua busca pela definição mais precisa do termo, o autor, com base em estudos anteriores, agrupou suas concepções em quatro vertentes básicas:

- a) Política: refere-se às relações espaço-poder ou jurídico-políticas; é considerada a mais difundida, na qual se vê o território como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, geralmente pelo Estado;
- b) Cultural: é a concepção na qual o território é visto como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido;
- c) Econômica: enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, referindo-se ao território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho;
- d) Natural/naturalista: tem por base as re-

lações entre sociedade e natureza, em especial aquelas que se referem ao comportamento natural do homem em relação ao seu ambiente físico.

O território surge, na tradicional geografia política, como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos) que é apropriado e ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e de identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, paisagem).

Estes atributos dos territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder, por determinado grupo ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas. As territorialidades são, simultaneamente, resultados, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território (SAQUET, 2007). Assim, todas as atividades cotidianas são manifestações da territorialidade e, portanto, não estão desvinculadas de ações ou processos territoriais. Isso posto, pode-se afirmar que o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, como já observado por Marcos Saquet (2007) e reiterado por Souza (1995, p. 26):

sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território, e não só de um espaço econômico.

Rodrigues (1995, p. 21), que se utiliza da definição de Bertha Becker, enfatiza que quando as relações de poder se focalizam no espaço, o território volta a ser importante, não apenas como um espaço próprio do Estado, mas sim de diferentes atores sociais, que manifestam seu poder sobre uma área específica; logo, “o território é um produto ‘produzido’ pela prática social, e também um produto ‘consumido’, vivido e utilizado como meio, sustentando a prática social. O processo de ocupação do território é determinado pela infra-estrutura econômica, mas regulado pelo jogo político [...]” (BERTHA

BECKER apud RODRIGUES, 1995, p. 22).

Os autores aqui apresentados também enfatizam em seus comentários a complexidade de se definir território em épocas de globalização, a tal ponto que Rodrigues (1995, p. 24) se lança no desafio de convidar a academia para uma releitura do território, pois para ela a globalização da economia que implica desterritorialização dos indivíduos implica também no redesenho das formas de apropriação e de produção do espaço e redefine o poder de espaços e territórios, construindo uma reterritorialização.

Da mesma forma, buscar compreender fenômenos de desterritorialização também implica discussões acerca do território e do espaço sob o enfoque da divisão social do trabalho, categoria capaz de fazer uma mediação entre o desenvolvimento capitalista em geral e o desenvolvimento de uma economia em particular. A divisão social do trabalho fornece indicadores de como a população está ocupada, expressando, através destes índices, o nível de desenvolvimento das forças produtivas de uma região. Dessa forma, é possível traçar a divisão territorial do trabalho, desencadeando na divisão social do trabalho especializado, ou seja, da conformação da divisão social do trabalho numa determinada área.

Conforme destaca Dallabrida, *apud* Siedenberg (2006), a definição de espaço é múltipla. Porém, o certo é que a noção de espaço, inicialmente vinculada ao espaço geográfico (de objetos naturais de uma porção qualquer do território), foi sendo aperfeiçoada e considerada apenas como um sistema de objetos e de ações considerados isoladamente, mas como um conjunto único no qual a história se dá. Esses objetos se tornam cada vez mais artificiais, com uma funcionalidade própria, portadores da intencionalidade mercantil ou simbólica dos interesses hegemônicos internacionais. Já as ações são racionais e obedecem a uma racionalidade exógena atendendo aos fins ou aos meios hegemônicos, conforme ensina Santos (1996).

Ainda segundo Santos (1994, 1996), o espaço se transformou num meio técnico-científico-informacional, transformando os territórios em espaços nacionais da economia global que acentuam as especializações pro-

dutivas e redefinem a divisão social e territorial do trabalho.

Assim, quando um lugar se territorializa, o espaço é transformado, num processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, ou seja, faz parte do processo de desenvolvimento econômico e regional dos lugares, pois, conforme Raffestin (1993) e Haesbaert (1997) apud Saquet (2007), o território pode ser resumido num contexto de obras e relações sociais historicamente definidas que se desterritorializam e reterritorializam<sup>2</sup>.

### 3 DESTERRITORIALIZAÇÃO: o caso do município de Terra Roxa-PR

Redirecionando as afirmações supracitadas ao escopo que se pretende trabalhar, encontramos em Carleial (1993), citando Lavinias e Nabuco (1991), a apresentação das possíveis causas para a desterritorialização ocorrida no município de Terra Roxa. Estes autores afirmam que o desenvolvimento capitalista ocorrido no Brasil proporcionou a integração da economia nacional, mediante a incorporação dos diferentes espaços numa matriz produtiva nacional, engendrando a redução do significado das especificidades e diferenças de tal modo que teria até eliminado a possibilidade de manutenção e recriação de regiões.

Para Carleial (1993) é inegável o processo de integração como vinculação ao sistema produtivo nacional, o que significa a inexistência de regiões autônomas economicamente. Isso reflete a presença de partes da economia nacional localizadas em parcelas específicas do território. A percepção da realidade até a década de 1970 indica que o desenvolvimento do capital, auxiliado pela ação do Estado, foi capaz de criar uma economia nacional integrada que eliminou as economias regionais como "ilhas regionais", pois as condições do mercado externo é que definiam o comportamento da dinâmica dessas ilhas e estabeleciam uma matriz produtiva densa e complexa que se espacializou por todo o território nacional. Entre os Estados citados está o Paraná, que, segundo Carleial (Op. Cit.), foi o estado que mais perdeu população em decorrência da agricultura moderna que ali se desenvolvia, ocasio-

nando forte migração para a fronteira agrícola da época, a região Centro-Oeste do país (Estados do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso).

Os dados da década de 1980 registram forte estagnação industrial seguida de um crescimento de 5% a.a. no setor agrícola por força da expansão das fronteiras agrícolas na região Centro-Oeste do país. Esse fato foi acompanhado por um processo de desconcentração espacial e populacional, que, para Carleial (1993, p. 40), representou "do ponto de vista espacial a grande desconcentração ocorreu submetida aos ditames da agricultura em razão da ampliação da fronteira em direção à região Centro-Oeste". Esta realidade pode ter sido a principal causa do fenômeno de desterritorialização ocorrida na cidade de Terra Roxa, ou seja, parte da população rural expulsa do campo pela modernização agrícola pode ter procurado novos destinos para sua fixação entre eles as novas fronteiras agrícolas do país.

É pela divisão social do trabalho que se incorporam os relacionamentos homem/natureza e homem/espaço, elementos históricos e políticos fundamentais para o entendimento do processo de integração vivido pela economia brasileira e da região. Para tanto, Carleial (1993), afirma ser imprescindível a inclusão da categoria espaço quando se quer compreender questões regionais, uma vez que o espaço pressupõe o entendimento de um espaço social construído pelo homem através do trabalho, cujo resultado se diferencia historicamente e geograficamente, explicitando as diferenças dos processos de desenvolvimento específicos decorrentes das diferenças no movimento do capital.

Santos (1996) enfatiza que as atuais condições globais em que vivemos fizeram com que o espaço também se tornasse globalizado, transformando continuamente as regiões em prol de sua sobrevivência. É diante desta sobrevivência que os lugares ganharam evidência, buscando em seu interior e entorno diferenças que possam torná-lo rentável, o que para o autor é o diferencial de sobrevivência de uma ou outra região e localidade.

O autor afirma que os lugares estão se especializando de acordo com suas condições naturais de realidade técnica e de suas vantagens de ordem social. Na medida em que

as potencialidades dos lugares se evidenciam, suas escolhas para o exercício dessa ou daquela atividade se tornam mais precisas, o que, segundo o autor, irá desencadear o sucesso dos empreendimentos lá existentes. Assim, pois, para ele “é desse modo que os lugares se tornam competitivos” (SANTOS, 1996, p. 199).

Assim, o efeito desestruturador da tecnologia é tão brutal quanto menos implicado estiver o país em relação às inovações técnicas precedentes, sendo estes efeitos sociais, econômicos, políticos, culturais, morais e, igualmente, espaciais que levam a uma reorganização do território mediante uma redistribuição de papéis de especialização territorial. Essa afirmação de Santos (1996) parece se encaixar no contexto pelo qual passou o município de Terra Roxa: tendo a agricultura sofrido os impactos da Revolução

Verde, a cidade se deparou com um forte êxodo populacional que estagnou fortemente sua principal fonte econômica. Mesmo tendo sido a agricultura local duramente atingida pela modernização agrícola que a região vivenciava na época, Terra Roxa se vê empobrecendo e perdendo sua população em razão desse processo.

Contudo, a partir do final da década de 1990, a cidade dá sinais de que é possível retomar seu crescimento econômico pelo surgimento de um novo ramo de atividade. A partir da iniciativa de alguns empresários do setor de confecções, surgiu uma pequena concentração de empresas de confecções de roupas infantis bordadas, de zero a um ano de idade, o que pode ser comprovado pelos índices de emprego revelados a partir de dados extraídos do Ministério do Trabalho, na Tabela 1 a seguir.

**Tabela 1** - Número de empregados por setores em Terra Roxa - 1985-2007

Ano	Indústria			Comércio		Serv.	Adm. Pública	Agrop.	Outras / Ign.	Total
	Outras ind.	Ind Têxtil	Const. Civil	Varejista	Atacad.					
1985	73	0	17	234	58	221	319	182	74	1.178
1986	120	1	25	226	64	208	337	185	60	1.226
1987	80	0	2	203	51	190	322	171	12	1.031
1988	64	0	0	194	52	199	351	184	41	1.085
1989	119	0	47	221	60	246	226	272	181	1.372
1990	124	17	47	202	42	282	207	220	156	1.297
1991	82	17	26	196	44	214	400	192	154	1.325
1992	57	17	14	182	48	195	381	256	54	1.204
1993	49	14	6	207	45	163	334	244	58	1.120
1994	73	20	3	101	44	130	320	270	58	1.019
1995	98	19	2	137	57	123	374	257	2	1.069
1996	108	22	6	108	58	114	375	228	0	1.019
1997	166	87	2	168	52	134	273	243	0	1.125
1998	131	113	9	147	167	133	261	185	0	1.146
1999	147	133	7	173	194	136	331	188	0	1.309
2000	143	388	17	195	170	167	319	196	0	1.595
2001	154	586	1	267	134	156	311	185	0	1.794
2002	170	756	2	333	149	165	339	190	0	2.104
2003	158	848	1	382	179	191	330	201	0	2.290
2004	182	958	1	341	228	196	331	203	0	2.440
2005	163	937	0	385	176	189	337	221	0	2.408
2006	200	1.124	13	385	153	180	318	192	0	2.565
2007	178	1.269	23	389	167	240	346	170	0	2.782

Fontes: RAIS (2009).

A Tabela 1 mostra que, desde 1995 até 1998, o município apresentou pouca variação no número total de empregados. Se for comparado o número total de empregados em 1985 com o número total de empregados em 1998, verificar-se-á que, no ano de 1998, o número era sensivelmente menor. Até esse ano os setores de serviços, comércio varejista, agropecuária e a administração pública eram os principais responsáveis pela ocupação do emprego local.

A partir de 1998 esse panorama se altera. A variação do número total de empregados depois de 1997 mostra o dinamismo

pelo qual passou o município de Terra Roxa. A partir de então, o setor que passa a apresentar o maior crescimento do número de empregados é a indústria têxtil. Fica evidente que o crescimento do setor têxtil desencadeia efeitos positivos para outros setores, como é o caso do setor do comércio atacadista, comércio varejista e de serviços. O resultado desse processo é que, em 2007, o setor que mais empregava não era mais o da administração pública, e sim da indústria têxtil, seguido do comércio varejista, da administração pública e de serviços.

**Tabela 2** - Número de Estabelecimentos por setores em Terra Roxa - 1985-2007

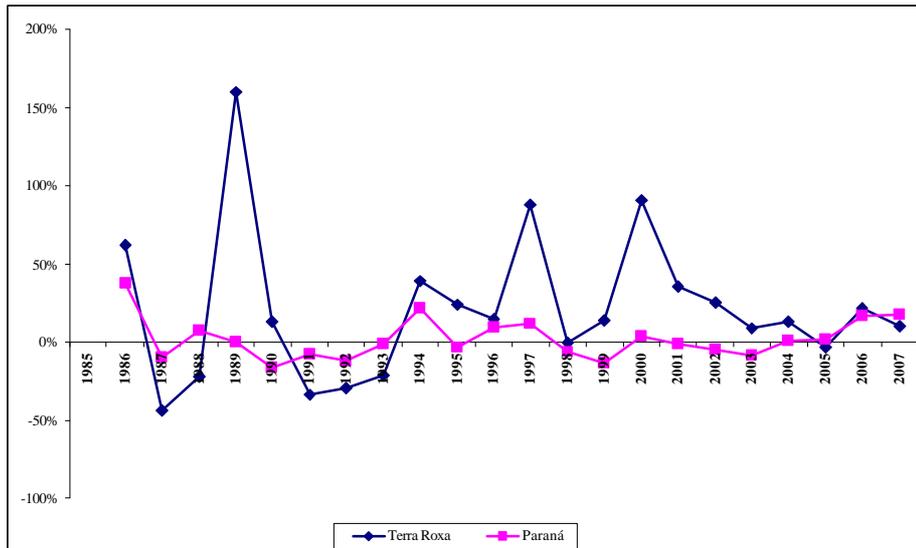
Ano	Indústria			Comércio		Serv.	Adm. Pública	Agrop.	Outras / Ign.	Total
	Outras ind.	Ind Têxtil	Const. Civil	Varejista	Atacad.					
1985	18	0	7	65	11	43	2	9	6	161
1986	22	1	7	75	13	41	3	7	6	175
1987	22	0	1	71	12	35	3	3	7	154
1988	19	0	1	70	9	37	3	3	25	167
1989	35	0	17	68	7	65	4	27	29	252
1990	39	2	15	72	9	62	4	26	28	257
1991	37	3	10	73	10	51	4	21	21	230
1992	25	3	7	59	11	52	4	50	16	227
1993	19	3	5	54	9	45	3	48	15	201
1994	17	2	2	47	13	41	2	84	7	215
1995	24	4	1	58	17	30	4	91	3	232
1996	26	6	8	53	16	31	4	92	0	236
1997	25	10	4	71	13	40	4	84	0	251
1998	26	12	5	64	20	39	4	86	0	256
1999	24	14	6	72	17	40	4	89	0	266
2000	20	31	6	76	18	43	2	88	0	284
2001	19	39	3	87	10	42	2	81	0	283
2002	24	44	2	94	10	47	2	87	0	310
2003	24	48	2	104	9	58	2	84	0	331
2004	24	45	1	111	12	50	2	83	0	328
2005	26	39	0	133	11	57	2	90	0	358
2006	28	43	1	126	10	64	3	83	0	358
2007	25	49	2	127	12	74	1	89	0	379

Fontes: RAIS (2009).

As mudanças citadas no parágrafo anterior também podem ser visualizadas quando se analisa o número total de estabelecimentos por setor, no município de Terra Roxa, conforme apresenta a Tabela 2. Fica explícito que os setores que mais cresceram, entre 1998 a 2007, foram os da indústria têxtil, com 308,33%; do comércio varejista, com

98,44%; e de serviços, com 89,74%, no mesmo período.

Do mesmo modo, comparando-se o crescimento do emprego industrial no Estado do Paraná, percebe-se o quão significativo está sendo esse segmento para a cidade de Terra Roxa, principalmente a partir de 1998.

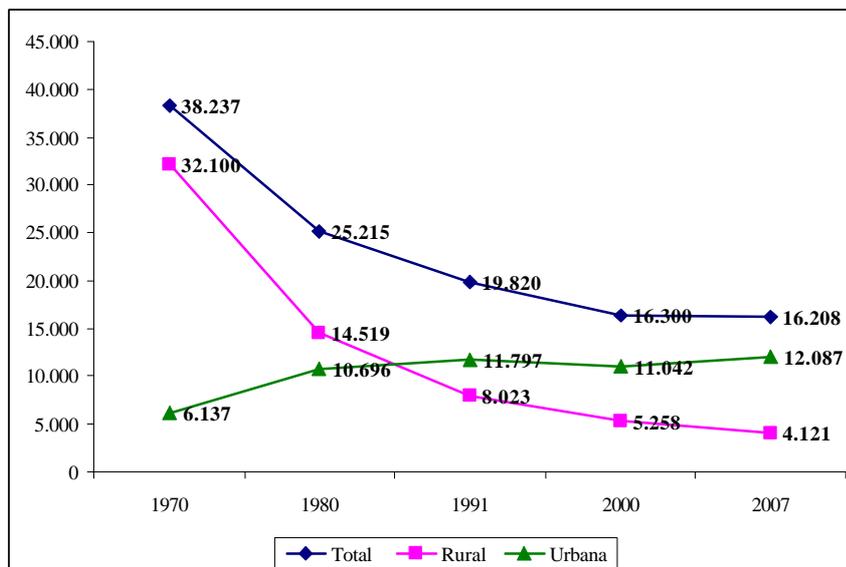


**Gráfico 1** - Crescimento anual do emprego industrial no PR e em Terra Roxa - 1985-2007. Fontes: Resultados da pesquisa a partir da Tabela 1.

Os índices apresentados no gráfico 1 podem ser indicativos de que as indústrias do setor têxtil, atualmente, estão dispendo de parte da força política de Terra Roxa, impondo o que Milton Santos chama de “modernização do território” ou “corporativização do território”, ou seja, essas indústrias podem ser consideradas um novo marco de reativação econômica e social para o

município (SANTOS, 1996, p. 201).

A reativação econômica já foi mostrada pelas Tabelas 1 e 2 que apresentaram o crescimento do número de estabelecimentos comerciais e industriais, bem como do número de empregados. Já com relação à reativação social, essa afirmativa pode ser comprovada pelo Gráfico 2.



**Gráfico 2** - População total, urbana e rural do município de Terra Roxa - 1970-2007. Fonte: BDE, 2009

Conforme mostra o Gráfico 2, a população total e rural de Terra Roxa foi decrescente durante todo o período apresentado (1970 a 2007). Porém, duas características podem ser visualizadas:

- a) até 2000, a população total apresentava redução expressiva. Por exemplo: entre 1970 e 1980 o decréscimo foi de -34,1%; entre 1980 e 1991, foi de -21,4%; e entre 1991 e 2000, de -17,8%. Já, de 2000 a 2007, a redução foi de apenas -0,6%;
- b) a população urbana que, no período de 1991 a 2000, decresceu na ordem de -6,4%; e apresentou um crescimento considerável após 2000: de 1045 pessoas, ou seja, de 9,5% entre 2000 a 2007. Já a população rural, no entanto, apresentou redução, no período de 2000 a 2007, porém num patamar inferior se comparado a períodos anteriores. Observe-se que, entre 1970 e 1980, o decréscimo foi -54,8%; entre 1980 e 1991, de -44,7%; entre 1991 e 2000, de -34,5%; e após 2000 até 2007 foi de -21,6%.

### Considerações Finais

Pelos dados apresentados, verificou-se que a desterritorialização faz parte do processo de desenvolvimento econômico. Quando há a ocupação populacional e econômica de um lugar, há uma territorialização. Foi o que ocorreu com Terra Roxa, no período até 1970, quando houve a colonização e a formação social e econômica. Já a desterritorialização ocorre quando esse panorama é novamente modificado, tal como ocorreu com esse município quando passou pela modernização da agricultura e a consequente expulsão populacional e modificação da estrutura produtiva municipal.

O certo é que Terra Roxa depois de ficar vários anos com seus indicadores econômicos (número de empregados e de estabelecimentos) e sociais (número de empregados e população total) quase inalterados, ou com dinamismo negativo no caso da população, está passando por um processo de crescimento, de reativação da economia, fenômeno ao qual teoricamente costuma-se chamar de reterritorialização.

Contudo, estudos mais específicos devem ser feitos acerca do fenômeno, mas se

constata que parte da reativação da economia que se inicia no município está sendo polarizada pelas empresas de bordados infantis, cujo cenário vem promovendo uma nova realidade social e econômica. Como consequência disso, desencadeiam-se novos processos de migração, os quais, possivelmente, poderão frear o fenômeno de desterritorialização que ocorreu, atraindo um contingente populacional gerador de renda e de trabalho para o desenvolvimento do município, corroborando com suas dinâmicas territoriais.

### Notas

<sup>1</sup> Processo de aumento da produtividade de cereais básicos.

<sup>2</sup> Numa outra abordagem, a leitura do território assegura uma relação inseparável entre o homem e a natureza ou, mais abrangente ainda, entre a sociedade e o espaço, pois, de acordo com Lefebvre (1974) *apud* Carlos (2004), a produção do espaço é o pressuposto, produto e condição da reprodução da sociedade.

### Referências

- BDE - Base de Dados do Estado do Paraná. *BDEWeb*. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 1 jul. 2009.
- CARLEIAL, Liana Maria da Frota. A questão regional no Brasil contemporâneo. In.: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina (Orgs.). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- CARLOS, Ana Fani A. Uma leitura sobre a cidade. *Revista Cidades*, v. 1, n. 1, 2004, p. 11-30.
- DUPAS, Gilberto. A Lógica da economia global e a exclusão social. *Estudos Avançados*, 12 (34), p. 121-59. 1998.
- HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste*. Niterói, RJ: EdUFF, 1997.
- HAESBAERT, Rogério da Costa. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000*. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2009.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- MARTINE, Jeorge; GARCIA, Ronaldo Coutinho (Org.). *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.
- PIERUCCINI; Mariângela Alice; TSCHÁ, Olga da C. P.; IWAKE, Shiguero. Criação dos municípios e processos emancipatórios In.: PERIS, Alfredo Fonseca (Org.). *Estratégias de desenvolvimento regional: região oeste do Paraná, Cascavel*: Edunioeste, 2003.

- PIFFER, Moacir. *A dinâmica do oeste paranaense: sua inserção na economia regional*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. *Bases Estatísticas RAIS / CAGED* - Acesso Online. Disponível em: <<http://sgt.caged.gov.br/index.asp>>. Acesso em: 1 jul. 2009.
- RIPPEL, Ricardo. *Relatório anual de pesquisa: migração e desenvolvimento no oeste do Paraná, uma análise de 1950 a 2000*. Unioeste, Campus de Toledo, 2004
- RODRIGUES, Arlete Moysés. Desafios para a (re)leitura do território. *Boletim Gaúcho de Geografia*, n. 20. Porto Alegre: dez. de 1995.
- SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. 12. ed. São Paulo: Best Seller, 2003.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico internacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SAQUET, Marcos A. *Abordagens e concepções do território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SIEDENBERG, Dieter. R. (Coord.). *Dicionário do desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.
- SOUZA, Marcelo J. Lopes. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Ina. E. de. et al. (Org.). *Geografia conceitos e temas*. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 1995, p. 77-106.